e à Cidade, da regularização fundiária de interesse social e mediação de conflitos fundiários, no âmbito das suas competências e atribuições; CONSIDERANDO a necessidade de articulação com os demais agentes públicos e sociais que atuam nesta temática, em consonância com as disposições constitucionais e legais correlatas, tais como o Estatuto da Cidade, a Lei Federal n.º 13465/17, bem como os tratados e convenções internacionais afetos à temática; CONSIDERANDO o êxito das ações do Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária Urbana e Direito à Moradia - GTRFDM, instituído por meio da PORTARIA Nº 217/2016-GAB/DPG e alterado pela PORTARIA Nº 201/2018-GAB/DPG; RESOLVE:

Art. 1º Fica criado por esta Resolução, o NÚCLEO DE DEFESA DA MORADIA - Nudemor - no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, vinculado à Diretoria Metropolitana, o qual será regido pela presente Resolução.

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º Constituem atribuições do NÚCLEO DE DEFESA DA MORADIA:

I - ações e defesas individuais e coletivas que versem sobre regularização fundiária, no âmbito de Belém;

II - ações e defesas judiciais e administrativas, individuais ou coletivas, envolvendo desapropriações e questões de urbanismo, como as que versem sobre alinhamento predial e ocupações de bens públicos, no âmbito de Belém, que tenham pertinência temática com o objeto de atuação do núcleo;

III - promover a assistência jurídica judicial e extrajudicial das comunidades e coletividades em situação de vulnerabilidade na região Metropolitana de Belém, nos conflitos referentes ao uso e ocupação do solo e situações de violação dos direitos à moradia e à cidade, atuando integralmente com os órgãos de atuação da Defensoria Pública;

IV - atender, orientar tecnicamente e assistir as comunidades e coletividades da região metropolitana de Belém, prestando-lhes serviços de assessoria jurídica, judicial e extrajudicial, dirigindo a sua atuação de forma integrada com a sociedade civil organizada, mediante articulações com os Movimentos e Organizações Populares, Associações, Sindicatos e afins, Universidades e Faculdades, bem como com os Órgãos Públicos que tenham atuação direta e correlata na temática;

V - atuar na mediação e conciliação de conflitos, referentes ao uso e ocupação do solo e situações de violação dos direitos à moradia e à cidade e da segurança da posse, envolvendo comunidades e coletividades em situação de vulnerabilidade na Região Metropolitana de Belém;

VI - promover, na forma prevista no inciso III, as ações extrajudiciais ou judiciais, que tratam dos interesses coletivos decorrentes dos conflitos de uso e ocupação do solo, de situações de ameaça ou violação dos direitos à moradia, à cidade e a segurança da posse;

VII - atuar na defesa das comunidades e coletividades nos processos em que as estas integrem o litígio, possuindo os Defensores deste Núcleo atribuições para atuar nas varas da Região metropolitana de Belém onde tramitam os processos, sem prejuízo da atuação conjunta com outros Defensores e Núcleos da Defensoria;

VIII - promover ações que visem a regularização fundiária urbana na Região Metropolitana de Belém, previstas no ordenamento jurídico, tendo em vista o caráter de proteção do direito à moradia e à cidade, e o caráter preventivo quanto a eventual conflito possessório;

IX - promover as medidas extrajudiciais e judiciais em face dos loteadores e, especialmente, aquelas concernentes tanto ao restabelecimento da cadeia dominial quanto aos registros imobiliários dos títulos dos adquirentes ou ocupantes de núcleos urbanos informais, na forma do inciso V;

X - prestar informações e auxílio técnico-jurídico aos demais Defensores Públicos do Estado do Pará em assuntos relacionados à regularização fundiária urbana e direito à moradia e à cidade;

XI - participar de Conselhos afetos à temática;

XII - realizar estudos e pesquisas concernentes à temática do Núcleo, compreendendo a elaboração de recomendações objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas, no que diz respeito à Regularização Fundiária Urbana e Direito à Moradia;

XIII - realizar reuniões periódicas com os integrantes do Núcleo de Defesa da Moradia para a padronização de rotinas e procedimentos e para o intercâmbio de experiências;

XIV - contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a proteção e a defesa dos direitos à moradia e à cidade;

XV - compilar e remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos, sobre a área de proteção e defesa dos direitos à moradia e à cidade, com a colaboração da Escola Superior da Defensoria Pública e da Assessoria de Comunicação;

XVI - realizar e estimular, em colaboração com a Escola Superior da Defensoria Pública, o intercâmbio permanente entre os Defensores Públicos, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas no que diz respeito aos direitos à moradia e à cidade;

XVII - acionar as Cortes Internacionais, mediante autorização do Defensor Público Geral, em relação a casos de violação de direitos à moradia e à cidade;

XVIII - informar e conscientizar os cidadãos, por meio de audiências públicas, palestras, material impresso e dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais a moradia e à cidade, em conjunto com a Escola Superior da Defensoria Pública e a Assessoria de Comunicação;

XIX - estabelecer permanente articulação com núcleos especializados ou equivalentes de outras Defensorias Públicas da Federação, na área de proteção e defesa dos direitos à moradia e à cidade, para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências;

XX - propor ao Defensor Público Geral e acompanhar propostas de elabo-

ração, revisão e atualização legislativa na área dos direitos à moradia e à cidade;

XXI - realizar e estimular o intercâmbio da Defensoria Pública com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, ligadas à área de proteção e defesa dos direitos à moradia e à cidade;

XXII - por intermédio de seus órgãos de execução, identificando matéria ou decisão que se entender conveniente de ser questionada, por intermédio de instrumento processual perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e os tribunais superiores, encaminhar à coordenação da Entrância Especial, preferencialmente por meio eletrônico, cópia dos documentos e as peças processuais que entenda adequadas e suficientes para que o órgão de execução em atuação na Entrância Especial conheça da questão e adote a medida oportuna na forma do art. 17, parágrafo único, alíneas a, b, c e d da Lei Complementar Estadual n. 54/2006.

§ 1º A atribuição do Núcleo de Defesa da Moradia estende-se, também, ao exercício de atividades definidas em convênios em que a Defensoria Pública seja parte, cujo objeto consista na promoção de ações extrajudiciais e judiciais, que visem garantir o acesso aos direitos à moradia, à cidade, e de regularização fundiária, na forma dos incisos III e VI do artigo 2º desta Resolução.

§ 2º Excetuem-se das atribuições relativas às demandas de cunho individual apontadas nos incisos deste artigo as oriundas dos distritos de Belém;

§ 3º Os órgãos de execução das Defensorias Públicas em atuação na Região Metropolitana, ao tomarem conhecimento de demandas afetas a competência do Núcleo de Defesa da Moradia deveram adotar as medidas administrativas adequadas para o *incontinenti encaminhamento das pastas, autos de processos físicos e documentos pertinentes ao caso à Coordenação do Núcleo de Defesa da Moradia*;

Art. 3º Compete aos Defensores Públicos da Região Metropolitana de Belém quando procurados em seus respectivos órgãos de atuação ou quando receberem de suas Varas de atuação os processos que envolvam as atribuições constantes no artigo 2º desta Resolução:

I - encaminhar o caso, incontinenti, por meio de sua Coordenação, ao Núcleo de Defesa da Moradia, sem prejuízo da adoção pelo Defensor que inicialmente recebeu a demanda de medidas necessárias e urgentes, a fim de evitar o perecimento de direitos;

II - encaminhar as comunidades com demandas de regularização fundiária urbana para atendimento do Núcleo de Defesa da Moradia;

III - informar nos autos que envolvam conflitos coletivos, a atribuição específica do Núcleo de Defesa da Moradia.

Parágrafo Único. O Defensor que inicialmente recebeu a demanda poderá atuar conjuntamente com o Núcleo de Defesa da Moradia, fazendo constar expressamente tal interesse no ato de encaminhamento do feito ao NUDEMOR.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º O Núcleo de Defesa da Moradia será composto da seguinte forma:

I - 01 (um) Defensor(a) Público(a) Coordenador(a), indicado pelo Defensor(a) Público(a) Geral;

II - 03 (três) Defensorias Públicas de Defesa da Moradia;

III - Equipe técnica.

Art. 5º São atribuições da Coordenação do Núcleo:

I - gerenciar a estrutura necessária ao funcionamento do núcleo;

II - proceder à gerência administrativa dos trabalhos desenvolvidos;

III - promover o cumprimento das atribuições previstas na presente Resolução, com o auxílio dos demais membros do Núcleo;

IV - elaborar e enviar à Defensoria Pública Geral, trimestralmente, no primeiro ano de implantação do Núcleo, relatórios estatísticos e circunstanciados das atividades do Núcleo, para fins de avaliação da viabilidade e conveniência de expansão e interiorização da política de atuação especializada de que trata a presente Resolução;

V - zelar pelos registros das reuniões realizadas, bem como dos procedimentos adotados no âmbito das atribuições do Núcleo;

VI - receber e responder, com auxílios dos demais membros do Núcleo, às solicitações de apoio técnico-científico na área de defesa dos direitos à moradia e à cidade dos Defensores Públicos da Região Metropolitana;

VII - representar o Núcleo em atos e solenidades afetos à temática.

Art. 6º Ficam extintas 03 (três) Defensorias, a saber :

I - 3ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais Cíveis;

II - 6ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais Cíveis;

III - 4ª Defensoria Pública dos Juizados Especiais Criminais.

Art. 7º Ficam criadas as seguintes Defensorias:

I - 1ª Defensoria Pública de Defesa da Moradia;

II - 2ª Defensoria Pública de Defesa da Moradia;

III - 3ª Defensoria Pública de Defesa da Moradia.

Art. 8º Compete à(s) Defensor(a)(es) do Núcleo de Defesa da Moradia:

I - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - realizar atendimentos das lideranças comunitárias e assistidos das comunidades;

III - atuar em processos judiciais e extrajudiciais afetos à temática, conforme atribuições previstas no art. 2º desta Resolução;

IV - realizar visitas ao Tribunal de Justiça e Juízes para tratar de questões envolvendo as comunidades;

V - realizar visitas e reuniões nas comunidades;

VI - realizar estudos para consecução e otimização dos trabalhos do Núcleo;

VII - elaborar projetos para viabilização do trabalho do Núcleo;

VIII - realizar audiências em demandas que envolvam coletividades em questões de Regularização Fundiária Urbana e Direito à Moradia, na Região Metropolitana de Belém;

IX - adotar providências para redução de danos em demandas coletivas que envolvam remoções forçadas em conjunto com o NDDH;